



SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO  
FEDERAL

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
54ª LEGISLATURA**

**Em 12 de dezembro de 2014  
(sexta-feira)  
às 09h**

**PAUTA**  
30ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA  
NACIONAL - CRE**

	Audiência Pública
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

## Audiência Pública

### Assunto / Finalidade:

Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), orientados à ação, de natureza global e universalmente aplicáveis, capazes de servir como agente para a implementação e popularização do desenvolvimento sustentável no Sistema das Nações Unidas como um todo.

### Observações:

Segue anexa agenda do evento.

### Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RRE 58/2014](#), Senador Ricardo Ferraço e outros

### Convidados:

- **Francisco Gaetani**  
Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente - [MMA](#)
- **Antônio Cesar Bochenek**  
Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - [AJUFE](#)
- **Denise Hamu**  
Coordenadora do Escritório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - [PNUMA](#)
- **Antonio Herman Benjamin**  
Ministro do Superior Tribunal de Justiça - [STJ](#)
- **Mario Mottin**  
Chefe da Coordenação-geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores - [MRE](#)
- **Ben Boer**  
Professor da University of Sydney Law School - [Sydney](#)
- **Deputado Sarney Filho**
- **Tomme Young**  
Pesquisadora e Consultora Internacional
- **Owen McIntyre**  
Professor da Faculdade de Direito da University College Cork - [UCC](#)
- **Carl Bruch**  
Pesquisador do Environmental Law Institute - Washington/DC - [ELI](#)
- **Ian Hannam**  
Pesquisador da Degradação do Solo, Desertificação e ODSs - Austrália

- **Ken Markowitz**  
Secretário do [INECE](#)

# **Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs)**

Brasília, 12 de dezembro de 2014

Realização da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal  
em cooperação com a Associação dos Juizes Federais - AJUFE

**9:00 Abertura:** Senador Jorge Viana (Vice-Presidente do Senado e Ex-Governador do Estado do Acre), Francisco Gaetani (Secretário-Executivo, Ministério do Meio Ambiente), Antônio César Bochenek (Presidente, Associação dos Juizes Federais) e Denise Hamú (Coordenadora, Escritório do Pnuma no Brasil)

## **9:30 Panorama dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) e Estado de Direito Ambiental**

**Presidente:** Senador Jorge Viana

**Palestrantes:** Antonio Herman Benjamin (Ministro, STJ), Mario Mottin (Chefe, Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável (Ministério de Relações Exteriores), e Ben Boer (Professor, University of Sydney Law School, Austrália, e Wuhan University, China)

## **10:30 Agenda Ambiental e Jurídica dos ODSs: Ética, Mudanças Climáticas, Água, Solo, Biodiversidade e Implementação**

**Presidentes:** Senadora Vanessa Grazziotin (Comissão Senado/Câmara de Mudanças Climáticas) e Deputado Sarney Filho (Ex-Ministro do Meio Ambiente do Brasil)

**Palestrantes:**

Tomme Young (Pesquisadora e Consultora Internacional, Estados Unidos), *Biodiversidade, Acesso e Divisão de Benefícios, e ODSs*

Owen McIntyre (Professor, Faculdade de Direito, University College Cork, Irlanda), *Água e ODSs*

Carl Bruch (Pesquisador, Environmental Law Institute, Washington, DC), *ODSs em Regiões Pós-Conflito*

Ian Hannam (Pesquisador, Austrália), *Degradação do Solo, Desertificação e ODSs*

Ken Markowitz (Secretariado da INECE – Rede Internacional para a Implementação Ambiental), *ODSs e a Implementação Legal*

## **12:00 Debates**

**12:30 Encerramento,** Senador Jorge Viana (Vice-Presidente do Senado e Ex-Governador do Estado do Acre)

## **Apresentação**

Em junho de 2012, comemorando o 20º aniversário da ECO-92, o Brasil foi anfitrião, no Rio de Janeiro, de uma das maiores conferências internacionais da história, ocasião em que se renovou o compromisso da comunidade internacional com o *desenvolvimento sustentável*.

O documento final que resultou da Rio+20, com o título de “O Futuro que Queremos”, reafirmou as bases dos Objetivos do Milênio, mas também apontou a necessidade de avançar no sentido de se desenharem “Objetivos do Desenvolvimento

Sustentável” (ODSs), orientados à ação, de natureza global e universalmente aplicáveis, capazes de servir “como agente para a implementação e popularização do desenvolvimento sustentável no Sistema das Nações Unidas como um todo.”<sup>1</sup>

Os esforços destinados à redação desses objetivos foram incorporados na Agenda de desenvolvimento pós-2015 do Sistema das Nações Unidas. Após mais de um ano de intensa discussão, o Grupo Aberto de Trabalho da ONU, estabelecido como resultado da Rio+20, propôs **17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, que representam “um conjunto de prioridades globais, integradas e indivisíveis, para o desenvolvimento sustentável”.<sup>2</sup>

Evidentemente, o sucesso desses ODSs dependerá de cada País fazer o seu “dever de casa”. O Brasil, que sediou a Rio+20, é protagonista central e exemplo nesse esforço mundial. Para que os ODSs se tornem realidade, muito se exigirá de suas instituições administrativas e judiciais, mas também de firmes e claras ações legislativas do Congresso Nacional. Nesse contexto, ganha destaque a elaboração de um marco legislativo adequado, capaz de traduzir esses objetivos em iniciativas concretas no plano interno, para tanto exigindo-se um grande diálogo que envolva não só os órgãos ambientais, mas também os vários setores do Estado diretamente encarregados da missão de desenvolver o País, sem falar da intensa e rica participação da sociedade civil e dos agentes econômicos.

A *dimensão legislativa* é, pois, da maior importância. Por isso, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, em cooperação com a AJUFE – Associação dos Juizes Federais, promove o presente *Colóquio Internacional*. Desnecessário ressaltar que, na implementação dos ODSs, o Congresso Nacional e a Magistratura devem andar de mãos juntas, pois enquanto aos parlamentares cabe editar o marco nacional desses objetivos, aos juizes competirá aplicar e interpretar de maneira final as normas eventualmente promulgadas.

---

1 *The Future We Want*, UN Doc A/RES/66/288, paras. 246-247.

2 Full report of the Open Working Group of the General Assembly on Sustainable Development Goals, UN Doc A/68/970, para. 18.